

## **O DESFASAMENTO ENTRE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MILITAR: UMA ANÁLISE AO IRAQUE (2006-2007) E AFGANISTÃO (2009)**

**LUÍS BARROSO**

[barrosolfm@gmail.com](mailto:barrosolfm@gmail.com)

Coronel Tirocinado do Exército Português (Portugal) e professor de Estratégia e História Militar no IUM. Qualificado com o Curso de Estado-Maior pelo IAEM; Qualificado com o Curso de Estado-Maior de las Fuerzas Armadas de España. Doutor em História, Defesa e Relações Internacionais pelo ISCTE-IUL. Investigador no Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL

### **Resumo**

Compreender o desfasamento originado pela atividade civil-militar e seus efeitos na estratégia é um contributo essencial para a prática da estratégia. Partindo da análise de casos de valor intrínseco para esta investigação, avalia-se a prática da estratégia para demonstrar que o desfasamento entre política e estratégia militar resulta do facto de a guerra, como variável dependente da política, assumir variações imprevisíveis, que obriga a que a estratégia, como variável interveniente e como atividade resultante das relações civis-militares, seja definida como teoria do sucesso. Este argumento está baseado em três explicações para a existência daquele desfasamento: (1) a natureza da guerra influencia a natureza e a eficácia da estratégia militar, porque os atores envolvidos atuam num ambiente de imprevisibilidade; (2) a estabilidade e a coerência da relação entre política e guerra, materializada na prática da estratégia militar, obriga a considerar que a razão da estratégia é o sucesso; (3) a eficácia das relações civis-militares é determinante para diminuir as tensões naturais entre a ação política e a ação militar. Conclui-se que a estratégia militar, como resultado do domínio das relações civis-militares, segue as dinâmicas da complexa relação entre política e guerra.

### **Palavras-chave**

Guerra; política; estratégia militar; relações civis-militares

### **Abstract**

Understanding the gap caused by civil-military activity and its effects on strategy is essential to the practice of strategy. Based on the analysis of cases of intrinsic value, the practice of strategy is assessed to show that the discrepancy between politics and military strategy results from the fact that war, as a policy-dependent variable, assumes unpredictable variations, meaning that strategy, as an intervening variable and as an activity resulting from civil-military relations, must be defined as a theory of success. The argument is based on three explanations for the existence of that gap: (1) the nature of war influences the nature and effectiveness of military strategy, because the actors involved in the process act in an environment of great unpredictability; (2) the stability and coherence of the relationship between politics and war, embodied in the practice of military strategy, makes it necessary to consider the purpose of strategy is success; (3) the effectiveness of civil-military relations is crucial to reducing the natural tensions between politics and military action. It is concluded that military strategy because of civil-military relations follows the dynamics of the complex relationship between politics and war.

### **Keywords**

War; politics; military strategy; civil-military relations



---

**Como citar este artigo**

Barroso, Luís (2023). O desfasamento entre política e estratégia militar: uma análise ao Iraque (2006-2007) e Afeganistão (2009). *Janus.net, e-journal of international relations*, Vol14 N1, Maio-Outubro 2023. Consultado [em linha] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.14.1.6>

**Artigo recebido em 26 de Julho de 2022, aceite para publicação em 4 de Março de 2023**





## **O DESFASAMENTO ENTRE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MILITAR: UMA ANÁLISE AO IRAQUE (2006-2007) E AFGANISTÃO (2009)**

**LUÍS BARROSO**

### **Introdução**

O objetivo deste texto é avaliar a relação entre política e estratégia militar para compreender que fatores contribuem para o desfasamento entre objetivos políticos e ação militar em situação de guerra<sup>1</sup>. Os últimos 30 anos revelam que o Ocidente tem tido uma “deficiente performance estratégica” (Osinga, 2021), porque tem sido difícil converter o sucesso militar de nível tático em objetivos políticos. A implementação da estratégia militar, como processo distintivo que liga a política às operações militares, é muito mais exigente do que aparenta a teoria. O desfasamento entre política e estratégia militar evidencia-se quando a ligação entre tática e política é quebrada, quando os objetivos militares perdem relação com a política, ou quando o sucesso depende de opções militares que não são exequíveis ou adequadas para solucionar o problema político-estratégico. Para além da incerteza e fricção, inerentes à ação militar devidas à natureza da guerra, muitos outros fatores emergem da luta política interna, das personalidades envolvidas, da existência de coligações e alianças políticas e militares que contribuem para aumentar o desfasamento natural entre política e ação militar.

A estratégia militar pode também não ser possível de implementar, porque o que acontece no intervalo entre a política e a guerra é demasiado complexo e imprevisível para ser teorizado (Betts, 2000). A tentativa de desenvolver uma teoria universalmente aceite tem sido frustrada pela inerente imprevisibilidade dos assuntos militares e pela ainda maior imprevisibilidade dos assuntos políticos (Freedman, 2013: 242), pelo que a prática da estratégia militar é sempre a questão mais problemática (Strachan, 2019: 187-188). Mais do que a fórmula “*Ends+Ways+Means*” (Lykke Jr., 1989), a estratégia militar é uma arte da política para criar poder, que entra em ação quando a situação que se enfrenta é instável e imprevisível (Freedman, 2013: 617), devendo ser definida como “teoria do sucesso” (Cohen, 2002: 33; Meiser, 2017: 86-87), uma vez que é o sucesso que determina se a estratégia foi bem concebida e implementada.

---

<sup>1</sup> Utiliza-se o termo “guerra” para referir as intervenções militares em que o resultado tem relação direta com a eficácia do potencial de combate: situações em que há pelo menos um oponente; em que o emprego da força pressupõe uma estratégia a implementar; a violência é opção para cumprir objetivos políticos; a ação militar é governada pela política que impõe objetivos ou mandatos; a violência é legal, ou pelo menos aceite pela maioria da comunidade que nela participa; e é uma atividade coletiva (Crevelde, 2017: 50-51).



O problema da eficácia da estratégia militar em situações de conflito tem sido amplamente debatido para discutir se a sua definição é ou não suficiente para a realidade contemporânea (Webb, 2019; Meiser, 2017; Freedman, 2013); se é ou não uma ilusão (Betts, 2000), na medida em que o sucesso de uma estratégia depende de um tão elevado número de fatores de ordem política (Kiszely, 2018; Payne, 2020; Jacobson, 2010), que obriga a considerar uma clara separação entre teoria e prática (Strachan, 2019); ou por motivos do ambiente das relações civis-militares (Brooks, 2008; Kohn, 2009; Travis, 2017; Owens, 2012). A ligação entre as relações civis-militares e eficácia militar não tem merecido atenção suficiente (Nielsen, *Civil-Military Relations Theory and Military Effectiveness*, 2002), mas parece ser cada vez mais um assunto relevante, uma vez que parecem ter mais influência na derrota ou vitória do que as vantagens materiais (Narang & Talmadge, 2018).

Compreender as razões do desfasamento entre política e estratégia militar, para além do resultado natural da fricção da ação tática, permite avançar possíveis soluções para o minimizar e contribui para o desenvolvimento da teoria da estratégia militar como atividade resultante das relações civis-militares. Para o objetivo deste texto, avança-se com o argumento de que o desfasamento entre a política e a estratégia militar emerge do facto de a guerra, como variável dependente da política, assumir variações imprevisíveis resultantes daquela relação e da sua natureza, que obriga a que a estratégia militar, como variável interveniente e como atividade resultante das relações civis-militares, seja orientada ao sucesso. O argumento combina a importância da definição de estratégia militar como "teoria do sucesso" com a relevância das relações civis-militares, cuja lógica está baseada em três explicações para a existência do desfasamento entre a política e a ação militar no terreno. Na primeira, considera-se que a natureza da guerra influencia a natureza e a eficácia da estratégia militar, porque os atores envolvidos no domínio da política e da estratégia atuam num ambiente de grande imprevisibilidade e complexidade, o que propicia o desfasamento natural entre os objetivos políticos e o resultado da prática da estratégia. Desta forma, as decisões de nível político e militar devem-na ter em conta na medida em que os resultados são sempre diferentes do esperado e a estratégia tem constantemente de se adaptar. A segunda, considera que a estabilidade e a coerência da relação entre política e guerra, materializada na prática da estratégia militar, obriga a que o processo de conceção e implementação da estratégia seja um processo político-militar iterativo. Desta forma, ao adotar-se o conceito de estratégia como "teoria do sucesso" que depende da interação entre os níveis de decisão político-militar reduz-se a tensão resultante da definição de objetivos, conceção, implementação e avaliação de resultados da estratégia. A terceira, resulta da evidência de que a estratégia militar, como "negócio pragmático", é o resultado das relações civis-militares, cuja eficácia é determinante para diminuir as tensões naturais entre os níveis político e militar. Utilizam-se casos de "importância intrínseca" para o objeto de estudo (Evera, 1997: 86-87), como os recentes casos do Iraque (2006-2007) e do Afeganistão (2009) em que se evidencia tensão entre as lideranças políticas e as lideranças militares. Outros exemplos são também mencionados para reforçar o poder explicativo do argumento proposto.

A organização do texto segue a lógica da construção do argumento. Inicialmente, caracteriza-se a ontologia da guerra e a natureza da estratégia militar, de forma a avaliar como se influenciam e perceber se a atual definição responde aos desafios da natureza



da guerra, com o objetivo de servir como referência para a análise a efetuar nos casos selecionados. Seguidamente, analisa-se os dados relativos às campanhas militares selecionadas para apoiar o argumento, fazendo relevar os fatores que compõem algumas das dinâmicas da relação entre a política e estratégia militar em situação de conflito que contribuem para o alargamento do desfasamento natural entre política e ação militar. Consequentemente, avalia-se a importância das relações civis-militares no desfasamento entre política e estratégia militar. A opção de individualizar as relações civis-militares decorre da importância que este domínio tem na prática da estratégia militar. Conclui-se que a estratégia militar, como resultado do domínio das relações civis-militares, segue as dinâmicas da relação entre política e guerra.

### **1. Natureza da Guerra e Natureza da Estratégia Militar: a base conceitual**

A guerra tem sido adjetivada sob inúmeros rótulos, como guerra convencional, guerrilha, guerra civil (Hendersson & Singer, 2000; Mello, 2010), e até agrupadas como “novas guerras” (Kaldor, 2006; Creveld, 1991; Holsti, 1996; Hammes, 2004; Smith, 2005), embora poucos se tenham debruçado sobre a sua natureza e sobre como o seu poder gerador molda a vida social e política (Barkawi & Brighton, 2011). Não obstante a classificação, o combate é o elemento unificador das várias perspetivas e o verdadeiro teste para a estratégia militar e para a política, sendo a única força eficaz na guerra e tudo o que acontece “deriva originalmente do combate” (Clausewitz, 1984: 95, 97). Com efeitos imprevisíveis em tudo o que toca, distorce a razão, o conhecimento, a verdade, torna quase impossível prever resultados e instala uma ordem da qual ninguém se pode distanciar (Levinas, 1980: 9-10). É o combate que une a guerra, na generalidade e no particular, e nenhuma ontologia o pode ignorar (Barkawi & Brighton, 2011: 135-137). A centralidade do combate no pensamento estratégico ocidental tem raízes em Clausewitz e na relevância da vitória militar tática (Newland, 2005).

O efeito disruptivo do combate sobre a ordem existente estabelece uma ligação íntima entre a sociedade e a guerra, que vai para além da violência do combate, como se de um excesso se tratasse. Este é a capacidade de a violência ser geradora de lógicas sociopolíticas para além das dos contendores (Barkawi & Brighton, 2011: 136). A guerra tem características únicas que podem gerar resultados contraditórios em relação aos objetivos esperados. Ela escapa ao controlo dos interesses racionais, arrasta toda a sociedade e impõe limites à racionalidade estratégica (Shaw, 2010: 7-11). Se a guerra molda as relações sociais em que está inserida, então está presente muito para além da frente de batalha e do momento em que está a ser combatida, sendo geradora de mudanças nas relações sociais, económicas culturais, entre outras, após o seu termo (Barkawi & Brighton, 2011: 132).

A incerteza é uma outra característica definidora da complexa relação entre a essência do combate, a lógica político-estratégica e os efeitos do seu “excesso” na ordem político-social. Tal como Clausewitz refere, a incerteza é um dos principais obstáculos ao conhecimento (Clausewitz, 1984: 113) e à formulação de uma teoria positiva da guerra, que obriga a confiar no talento e na sorte, porque o génio militar e o talento operam fora das regras estabelecidas (Clausewitz, 1984: 140). Como problema especial, a incerteza é um problema *da* e *na* guerra (Clausewitz, 1984: 140), porque é único, recorrente e



inevitável. Por conseguinte, a incerteza deve também ser tida em conta como parte integrante da ontologia da guerra, que torna tão difícil prever o seu excesso e com o qual o cálculo político-estratégico tem de lidar.

Assim, em que medida a ontologia da guerra influencia a definição e a natureza da estratégia militar? Para Coutau-Bégarie (2008: 75) a estratégia é a “dialética de inteligências” em ambiente conflitual baseada na utilização ou ameaça de utilização da força para os fins da política. Para Couto (2020: 227) a estratégia é a “ciência a arte de desenvolver e utilizar as forças materiais e morais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objetivos políticos que suscitam, ou podem suscitar, a hostilidade de uma vontade política”. Das definições anteriores, quando a forma de coação é a militar, estamos no domínio da estratégia militar, cuja definição dominante no Ocidente corresponde ao processo que relaciona objetivos e meios militares disponíveis (*Ends + Ways + Means*) (Lykke Jr., 1989), que reflete a Doutrina Weinberger quanto ao privilégio no emprego de forças militares como último recurso, com objetivos claros e apenas com o apoio da população para evitar que os EUA se envolvessem em “atoleiros” como o Vietname (Webb, 2019: 94-95).

Em situação de guerra ou crise, a estratégia militar identifica-se com a política, monopolizando toda a sua ação (Coutau-Bégarie, 2008: 123). Uma vez que a estratégia militar é julgada pelos resultados, planos bem desenhados e estruturados, grandiosidade dos meios, ou genialidade são inúteis se no final o sucesso não é alcançado (Crevelde, 2017: 94-95). Embora a estratégia tenha como finalidade a vitória militar, esta deve ser sempre vista na dimensão política (Coutau-Bégarie, 2008: 80). Como ato da política, o estadista e o comandante militar devem tentar perceber o tipo de guerra que vão combater, porque as situações e as motivações das partes não são constantes (Clausewitz, 1984: 88). Bush e Blair não entenderam a natureza da guerra em que os seus exércitos intervieram no Afeganistão e no Iraque, tentando resolver situações eminentemente políticas com meios desenhados para guerras convencionais, em linha com a doutrina Weinberger (Elliot, 2015: 86-87) e, por conseguinte, com a definição de Lykke. Os soviéticos lidaram com o mesmo problema no Afeganistão, entre 1979 e 1989, cujo resultado foi decisivo para o fim da União Soviética (Braithwaite, 2011).

Ter uma natureza significa que, independentemente da evidência empírica, a estratégia vale para além dos adjetivos que se queira atribuir: estratégia subversiva; estratégia nuclear; estratégia militar convencional. Uma teoria geral da estratégia tem aplicabilidade universal, independente das formas de luta ou combate (Gray, 2006: 3-5). Seja para designar os meios, para designar a forma de alcançar a vitória, ou para privar o adversário da sua capacidade de lutar, a estratégia é definida como a “escolha de soluções vitoriosas” (Foucault, 1982: 793). Se o objetivo é o sucesso, o elemento mais importante da natureza da estratégia militar é ser instrumento da política para o emprego, ou ameaça do emprego, da força militar (Cf. Gray, 2006: 15).

A definição dos objetivos e a escolha dos meios é governada pelo contributo para o sucesso, ao qual se opõe a capacidade, intenções e linhas de ação do adversário (Crevelde, 2017: 97). Deste modo, a estratégia envolve sempre um grau de incerteza, conferido pela presença do adversário e pelo acaso, que dificulta a sua implementação. Não sendo possível controlá-los, o plano tem de ser regularmente revisto e acompanhado pela política e pela estratégia, porque a ação militar só faz sentido se contribuir para o sucesso





político. É esta necessidade que advém de a estratégia ser *instrumental* e que obriga ao *diálogo* constante entre políticos e militares (Gray, 2006: 14).

A definição de Lykke Jr. (1989), dominante no mundo Ocidental, ignora a ligação entre a natureza da guerra e a natureza da estratégia. Sem aquela, a estratégia militar deixa de ser um instrumento e um conceito coerente. Aplicar definições típicas do ambiente da Guerra Fria deixa a estratégia militar descontextualizada da sua ligação à política, especialmente nas democracias em que as dinâmicas político-militares são afetadas por um elevado número de fatores, como são os casos de eleições, das personalidades das lideranças e da sua experiência política, pressões partidárias, regimes e sistemas políticos, grau de controlo civil sobre os militares, meios de comunicação social, entre outros. Parte da solução é conceitual, na medida em que a guerra assume uma direção imprevisível derivada da competição constante entre os contendores (Strachan, 2013: 23). Por conseguinte, considera-se que a definição que melhor captura a natureza da estratégia militar e a natureza da guerra é o conceito de Jeffrey Meiser (2017) como "teoria do sucesso". A palavra *teoria* cria a expectativa de que o *conceito* em estratégia militar é uma explicação de como uma ação, ou conjunto de ações, causam *sucesso*. Defini-la como "teoria do sucesso" encoraja o pensamento criativo, ao mesmo tempo que se ancora no processo científico das "causas e efeitos" da criação de teorias (Evera, 1997: 7-8), obrigando o estrategista a clarificar *como se alcança* o sucesso. Uma outra vantagem da definição de Meiser (2017: 86-87) é encorajar a pensar mais eficazmente em relação ao poder que pode ser gerado com a implementação da estratégia, porque a esta é também a "arte de criar poder", que entra em ação quando a situação que se enfrenta é instável e imprevisível (Freedman, 2013; xi, 617).

O sucesso pode ser definido em várias dimensões e pode variar de acordo com a evolução da situação, mas está sempre ligado à consecução de objetivos políticos com os meios à disposição e com resultados duradouros. Considerar a estratégia como teoria imprime dinâmica à relação entre os líderes militares e civis envolvidos na conceção e implementação da estratégia militar. Ao combinar-se os elementos constitutivos da ontologia da guerra com a estratégia militar como teoria do sucesso e de produção de poder, imerge-se num domínio que envolve dinâmicas da atividade política que obrigam ao diálogo constante, embora desigual, entre governante e soldado, impedindo a ligação perfeita que diferencia a teoria da prática.

## **2. A Prática da Estratégia e o desfasamento entre Política e Ação Militar**

Teoricamente, a estratégia militar é o resultado de ligação perfeita entre os domínios político e militar, em que cada um ocupa um espaço bem delimitado. Porém, como atividade prática, a estratégia é moldada pelas realidades do momento (Strachan, 2013: 113). Uma estratégia é sempre julgada pelo sucesso de longo prazo, em que intervêm fatores como meios envolvidos, *modus operandi*, definição dos objetivos, dinâmicas políticas internas e externas e ação do adversário. Mesmo quando o contendor mais "forte" parece ter a situação controlada, outros fatores emergem que tornam os resultados imprevisíveis.

Os recentes casos do Afeganistão e do Iraque, envolvendo as personalidades militares e civis responsáveis pela estratégia militar, ilustram a complexidade da prática da



estratégia militar. Depois do sucesso militar da operação *Iraqi Freedom*, seguiu-se um surto de insurreição e violência sectária que colocou em causa a capacidade militar de norte-americanos e britânicos. O caos resultou da inexistência de uma estratégia, porque se privilegiou ações militares rápidas, violentas e a retirada das tropas o mais rapidamente possível, conforme preconizado pela doutrina Weinberger-Powell, focada em objetivos políticos claros, guerra relâmpago, derrota militar do adversário, apoio da população e existência de uma estratégia de saída (Elliot, 2015: 87). Porém, a ligação e a coordenação ao nível político não garantiram a coerência entre a estratégia militar e a política. A divergência entre o secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, e a secretária de Estado, Condoleezza Rice, é disso um claro exemplo. Rumsfeld pretendia concentrar as forças em bases, enquanto Rice pretendia garantir o controlo e a segurança das cidades durante a "implementação da democracia" (West, 2008: 110). Esta situação revela a falta de união de esforços e falta de direção estratégica de George Bush, que evitava também imiscuir-se na campanha militar. Se o tivesse feito, teria tido a oportunidade de perceber que, desde o sucesso militar do verão de 2003, a ação tática das forças militares não contribuía para os objetivos políticos (West, 2008: 363).

A estratégia militar é o "negócio pragmático" de aplicar meios militares para alcançar objetivos políticos claros e exequíveis, que tem relação direta com a natureza da guerra. Na impossibilidade de provar que o Iraque possuía armas de destruição em massa, Bush alterou o objetivo da operação para o fomento de uma democracia no Iraque que pudesse contagiar a região (Johnson, 2010: 585). Apesar de enfrentar um grave problema securitário no Iraque, Bush via a guerra em termos convencionais, estando mais preocupado em saber "quantos inimigos tinham sido mortos ou capturados". Para o general George Casey, comandante da *Multi-National Force – Iraq*, a batalha norte-americana era preparar os iraquianos para se protegerem e governarem sozinhos. Bush não compreendeu a guerra nem como a vitória militar podia ser convertida em ganhos políticos e económicos para o próprio Iraque (Woodward, 2008: 4-5).

Enviar forças militares para solucionar problemas políticos parece ser uma opção apelativa, mas é sempre necessário avaliar o impacto das operações militares. Conforme nota Clausewitz (1984: 95), a destruição das forças do inimigo não é a única solução se há outros objetivos pelos quais a guerra é combatida. Bush e Rumsfeld pediram às forças americanas para combaterem uma guerra para a qual não estavam preparadas, sem compreender a sua natureza. Quando Bush decidiu invadir o Iraque com o apoio de alguns aliados, nenhum responsável político antecipou que depois da queda de Saddam se envolveriam numa guerra de longa duração (Metz, 2010: 1). Blair pediu aos seus militares para se juntarem aos americanos, mas também sem qualquer estratégia (Elliot, 2015: 23).

O sucesso da implementação da estratégia militar depende da capacidade de se perceber o carácter da guerra que se combate. No Iraque, apesar de a coligação não ter sofrido nenhuma derrota em confrontação militar direta, a adequabilidade dos meios para o sucesso político pós-invasão foi deficiente. A insurreição e a violência sectária estavam a ser combatidas com meios militares e doutrina convencional (Woodward, 2008: 5-6; West, 2008: 45). Especialmente durante 2006, a evolução do número de ataques contra as forças da coligação e a violência sectária não foram suficientes para que se reconhecesse que a estratégia era inadequada. As evidências levaram Bush e outros





responsáveis políticos a perder a confiança em Casey, determinando a sua substituição e a conceção de uma nova estratégia (Ricks, 2010: 58; Barno & Bensahel, 2020: 195-215).

A ausência de uma estratégia de sucesso é muitas vezes substituída pela simples adição de recursos ao problema. Em janeiro de 2007, Bush anunciou o reforço do dispositivo americano no Iraque com cerca de 30 mil militares, conhecido como *surge*, para que o esforço militar se orientasse na proteção da população e para evitar uma derrota que parecia iminente (Metz, 2010: 5; Elliot, 2015: 115; Feaver, 2011: 87). Bush foi assessorado por um grupo de americanos influentes, que o levou a reconsiderar as suas opções porque era impensável que o exército mais poderoso do mundo fosse derrotado. Bush tinha recusado a proposta de alguns dos seus generais para retirar e decidiu aumentar os efetivos no Iraque em 2007, sob o comando do general David Petraeus (Ricks, 2010). Nada foi pensado para encontrar uma solução política para a qual os esforços militares seriam direcionados (Strachan, 2013: 12), mas apenas para diminuir pressões em Washington junto da bancada Democrata no Congresso (Feaver, 2011: 88). A opção, implementada por Petraeus, para diminuir com a violência sectária acabou por dar resultados, apesar da ausência de uma estratégia (Strachan, 2013: 12, 220). O reforço funcionou, muito mais pela mudança operada pela elite sunita por influência de Petraeus do que pela ação militar. A *surge* converteu a estratégia inicial de abandonar o Iraque, cerca de seis meses após a invasão, num plano para uma "guerra longa" contra o terrorismo (Ricks, 2010: 124). Isto está em linha com a asserção de Betts (2000: 5-6) de que, às vezes, a estratégia é uma ilusão e de que uma má estratégia, ou a sua ausência, pode funcionar se ela for apenas a aplicação de recursos muito superiores (atrição).

A campanha do Afeganistão, na Administração Obama, é também um exemplo da inexistência de uma estratégia de sucesso. Depois de ter anunciado que diminuiria a presença militar no Afeganistão, e depois de alguns meses de debate em que se assistiu à incapacidade do general David Mckiernan de diminuir a violência, em 2009 o general Stanley McChrystal propôs uma "estratégia" baseada no reforço de tropas. Porém, Obama considerava que as modalidades apresentadas não eram suficientemente diferentes, variando apenas nos efetivos a empenhar (Woodward, 2011: 273-274). Se, por um lado, Obama não podia escolher com apenas uma opção, por outro, a estratégia apresentada por McChrystal não estabelecia qualquer relação causal entre objetivos e ações, conforme a construção de uma "teoria" obriga (Meiser, 2017: 88-89). Sem surpresa, de 2009 a 2021, a situação no Afeganistão foi-se degradando até à retirada da coligação e a tomada de poder pelos Taliban em Cabul.

Em guerra, ou em conflito, política e estratégia militar não estão apenas relacionadas, elas são indistintas. A manutenção do poder em política interna pode substituir os objetivos políticos como finalidade primária para a guerra. Tal como em outras democracias<sup>2</sup>, os norte-americanos combinam recorrentemente estratégia militar, opinião pública e considerações eleitorais na interação entre política e estratégia (Metz,

<sup>2</sup> Veja-se o caso holandês em 2002 em relação a Sebrenica e em 2020 em relação ao Afeganistão, ou o caso da Grã-Bretanha em relação à Síria em 2013 (Dimitriu, 2020: 667). A preocupação com as eleições e apoio da população introduz um novo racional no emprego da força militar, que, conforme nota Smith (2005: 12), leva ao emprego de forças em missões de reconstrução, humanitárias, de polícia, para as quais não estão bem preparadas.



2010: 10), que relavam o impacto das questões políticas na estratégia militar. A vitória de Bush, em 2004, tinha dado ao Partido Republicano uma maioria. Porém, em 2008, Obama venceu as eleições e o Partido Democrático ficou com o domínio no Congresso e no Senado. Muitas razões podem ser apontadas, mas a guerra no Iraque e no Afeganistão tiveram, certamente, um papel importante (Jacobson, 2010; Stevens, 2015). No verão de 2006, apesar de a situação no Iraque obrigar a uma urgente revisão da estratégia militar, esta só foi comunicada após as eleições intercalares de novembro desse ano, que acabaram por dar uma vitória esmagadora ao Partido Democrático. Bush queria evitar o anúncio de uma viragem na estratégia que equivalesse ao reconhecimento de que estava errada (Payne, 2020: 173). Há também que considerar que o presidente receava chegar às eleições presidenciais de 2008 com o fantasma de uma derrota militar no Iraque. A impopularidade da guerra e a possibilidade de ser acusado de nada fazer para mudar a situação, podem ter sido decisivas para que Bush impusesse o reforço do dispositivo, mesmo contra a proposta dos seus generais (Bowen, 2013: 275).

Estratégia militar e política são domínios diferentes, mas o sucesso da prática estratégica baseia-se no diálogo político-militar permanente em que a estratégia militar corresponde exatamente ao domínio onde se intersejam (Strachan, 2013: 12, 20). Quase imediatamente após a queda de Saddam, “política e conduta da guerra” seguiram paralelamente sem nunca terem convergido. A 20 de maio de 2003, depois de vencer as forças militares iraquianas, o general James Mattis, comandante da força de Fuzileiros, estava convencido de que a sua missão era apoiar a reconstrução do país. No dia seguinte, Paul Bremer, diretor da *Coalition Provisional Authority*, dissolveu o exército iraquiano com o apoio do Pentágono e da Casa Branca sem qualquer ligação com os comandantes militares no terreno. O presidente concedeu todo o poder a Bremer, que não estava ao corrente das ações militares e sem ter qualquer controlo de Washington (West, 2008: 8, 17). Bremer reportava diretamente a Bush sem consultar o general Ricardo Sanchez, originando uma clara desunião de esforços que impedia que a ação militar fosse consequente (Dyson, 2013: 478; Woodward, 2008: 20; West, 2008: 6) com os objetivos políticos, criando um claro desfasamento entre ambos.

O elevado número de fatores ligados entre si faz com que a relação entre a política e a estratégia seja problemática. A maioria deles está relacionada com questões de luta política interna, fricção entre as lideranças políticas e militares, e com a mudança no carácter da guerra e com a prevalência de conflitos, como a contrainsurgência, estabilização e operações militares que envolvem atores não-estatais, que aumenta o peso da ação política através do emprego de forças militares. Este ambiente, coloca as principais potências ocidentais perante a “ratoeira da hegemonia” (Travis, 2018: 69-70) em que os estrategistas e os políticos enfrentam situações complexas, ambíguas, incertas e paradoxais. Ambientes como o da contrainsurgência exigem soluções “20 por cento militares e 80 por cento políticas” (Galula, 2006: 62-63).

A luta pelo poder e as dinâmicas político-militares em situação de conflito conformam a lógica clausewitziana da finalidade política da guerra. O decurso da conduta estratégica da guerra ao nível político-militar tem servido também para a luta política interna e para satisfazer a opinião pública. A evidência demonstra que as forças políticas internas são um fator disruptivo em situação de conflito (Hooker R. D., 2013). Tal como referimos que as decisões de mudança de estratégia no Iraque e Afeganistão com Bush e Obama



tiveram em conta considerações políticas internas, também Blair estava mais preocupado com as eleições do que em alcançar o sucesso no Afeganistão (Elliot, 2015: 124). Em democracia, a liderança política exerce a sua função estratégica na guerra, não tanto pela consecução dos objetivos políticos, mas pela manutenção ou obtenção do poder. É neste ponto que existe a maior fricção entre o domínio político e o domínio militar, que Dimitriu (2020) denomina como “desconexão político-militar”, resultante do desenvolvimento da política contemporânea, típica das democracias ocidentais, em que intervêm factores como a dificuldade em distinguir paz e guerra, sucesso e insucesso, personalidades envolvidas e sua experiência, impacto dos meios de comunicação, necessidade de envolver vários ministérios na ação estratégica, participar em coligações e alianças, ou grau de controlo civil sobre a instituição militar. Se a guerra é a variável dependente da política, quando esta muda também muda a guerra. Assim, também a estratégia militar, como variável interveniente para atingir o sucesso do emprego da força militar, tem de mudar. Por essa razão, considera-se que o alargamento do conceito à teoria do sucesso serve esse objetivo, embora se deva considerar os fatores resultantes da dinâmica das relações civis-militares para lhe garantir a coerência instrumental.

### **3. As Relações Civis-Militares: Coerência e Estabilidade da Relação entre Política e Estratégia Militar**

As relações civis militares descrevem a relação entre os militares, as instituições e a população que servem, como comunicam, como interagem e como se regula a sua ligação. O diálogo é desigual (Cohen, 2002: 263) e o controlo civil é utilizado pelo nível político para exercer a sua autoridade sobre as forças armadas (Hooker J. R., 2011). Neste texto, tem especial relevância compreender os processos de relacionamento civil-militar ao nível político-estratégico para determinar a linha que separa as respetivas responsabilidades e onde se sobrepõem, que dinâmicas existem na assessoria estratégica por parte do chefe militar e que influência tem aquele relacionamento na eficácia das operações. O diálogo entre militares e políticos é desigual, mas o seu estudo está na base do que é a estratégia militar (Cohen, 2002: xii, 263), sendo uma questão essencial da política do Estado.

A combinação do padrão das relações civis-militares e a conduta das operações tem influência direta para a eficácia militar em proveito da política. Em última análise, o teste às relações civis-militares é o contributo que tem para a estratégia militar, especialmente no *staffing*, conceção e implementação. Em relação aos Estados Unidos da América, mais de vinte anos após o final da Guerra Fria, o sucesso militar não se tem traduzido em sucesso estratégico, porque se assiste a um “declínio da competência militar em relação ao planeamento estratégico” (Kohn, 2008: 73, 76).

A “teoria normal” das relações civis-militares, baseada em Huntington, considera que o corpo de oficiais é composto por militares cujo profissionalismo exige a separação clara entre a perícia militar e domínio político (Huntington, 2000: 7). A principal função do oficial é a gestão da violência, planeamento militar, organização e emprego da força, mas



não a sua aplicação (Huntington, 2000: 7-18)<sup>3</sup>. O controlo objetivo assegura o domínio civil sobre as forças armadas, que pretende que os militares sejam politicamente neutros ou apolíticos (Cohen, 2002: 243). Por outro lado, a integração dos militares na sociedade e a inserção do nível político nos assuntos de segurança e defesa garante à liderança civil o controlo subjetivo (Huntington, 2000: 83-84). O controlo objetivo permite que os militares se foquem nos assuntos operacionais, deixando a política para a liderança civil (Huntington, 2000: 308). A separação que Huntington faz dos dois domínios parece indicar um distanciamento entre violência e política, o que afeta a conceção e a execução da estratégia (Nielsen & Liebert, 2021: 738). Aquela separação contradiz o papel que Clausewitz (1984: 112) atribuía ao comandante-chefe, simultaneamente general e político. O combate não é a simples utilização da força bruta para alcançar a vitória militar, mas poder coercivo ao serviço de um estado final político que muitas vezes passa pela negociação. A liderança civil e a militar devem garantir que os desafios resultantes da relação dos domínios político, estratégico e operacional sejam integrados num todo coerente (Barsuhn, 2022: 5, 9).

O nosso ponto é o de que a distinção entre política e estratégia militar não existe em situação de crise ou guerra, fazendo com que a consciência política dos militares seja fator inestimável para o sucesso (Nielsen & Liebert, 2021: 734). A autonomia operacional dos militares proposta por Huntington infringe a máxima de Clausewitz de que a guerra é uma extensão da política e não assegura que o profissionalismo resulte em melhores decisões. Em contraste com a abordagem dicotómica de Huntington, Morris Janowitz propõe uma aproximação mais pragmática, enfatizando a ligação à sociedade. Tal como Huntington, Janowitz (1960: viii) considera o controlo objetivo como essencial na relação com o poder político. Contudo, a sua aproximação requer oficiais com competências sociopolíticas, sem tomar parte ativa na política interna, mas com sensibilidade às questões políticas (Roennfeldt, 2019: 62). Esta abordagem é compatível com os valores democráticos e com o controlo político que impedem a tensão entre os domínios civil e militar e evita o autoritarismo militar (Janowitz, 1960: 439-440). Janowitz vê a esfera militar e a esfera política integradas, em que os oficiais operaram em ambas. Os civis e os militares, mesmo ao mais baixo escalão de comando devem cooperar para alcançar a dissuasão estratégica, gerir crises e a resolver conflitos. Em conflitos como o Vietname ou a Somália, é requerido aos oficiais que atuem fora do quadro convencional (Cohen, 2002: 258-259), porque as dinâmicas sociopolíticas ligadas às operações militares mudam o contexto do emprego da força (Roennfeldt, 2019: 63).

Apesar da divisão de responsabilidades entre o domínio político e o militar ser apelativa, em conflito as suas considerações não podem ser separadas. Os militares devem participar de forma ativa nos processos de decisão estratégica dos Estados, em que considerações políticas internas e externas são determinantes. Porque as ações militares são, em última instância, julgadas pelos resultados políticos, a separação proposta por Huntington é questionável (Travis, 2017; Travis, 2018; Roennfeldt, 2019). Nenhuma decisão em guerra acontece sem a interferência das entidades civis, a quem qualquer Constituição democrática atribui a responsabilidade da segurança nacional e

<sup>3</sup> A "aplicação" refere-se à decisão política, enquanto o "emprego" se refere à condução das operações militares. A descrição da especificidade da profissão militar é efetuada no capítulo 1 do livro, entre as páginas 7-18.



responsabilidade sobre a liderança militar que gere, administra e lidera as forças armadas. Quando a relação funciona, o resultado é o alinhamento entre o interesse nacional, os objetivos políticos, a estratégia militar e as operações militares. Quando a relação não funciona, a estratégia militar e a política deixam de fazer sentido (Khon, 2008: 71). O Iraque é um claro exemplo da importância das relações civis-militares na eficácia da estratégia militar. Apesar da vitória militar e da inabilidade estratégica de alguns generais norte-americanos (Strachan, 2006: 63), muitos dos problemas no período pós-Saddam foram essencialmente devidos à fricção e ineficácia das relações civis-militares, especialmente com Rumsfeld. Este parecia ter uma agenda de confrontação direta com os generais da Administração Clinton e que achava que o *Joint Chiefs of Staff* era inútil (Brooks, 2008: 226-255).

A liderança política escolhe os comandantes militares com quem discute os objetivos e as opções para assegurar que a estratégia militar é o resultado de um processo de debate resultante de uma "teoria do sucesso". Isto parece não ter acontecido no planeamento da invasão do Iraque, onde não houve diálogo contínuo ao nível estratégico-militar nem a atenção devida com o planeamento do período pós-Saddam. Para além da crispação criada por Rumsfeld, a liderança militar também não conseguiu estabelecer a ligação entre a política e as ações no terreno, devido ao seu foco no combate e na vitória militar tática. A substituição de Rumsfeld por Robert Gates amenizou o ambiente na Defesa e no Departamento de Estado, mas a inaptidão dos comandantes militares em preparar a contrainsurgência que se seguiu manteve a tensão entre Washington, o Pentágono e os comandantes no terreno (Hoffman, 2008: 229).

Nas democracias, o controlo civil é subalternizado pela eficácia estratégica por ser um domínio onde as relações são menos estruturadas e onde há muitos fatores intervenientes (Hoffman, 2008: 218). Perceber as responsabilidades de cada um na formulação estratégica, na tomada de decisão e na supervisão da implementação está no centro da prática da estratégia militar. Conforme Cohen (2002) deduz, o estadista de sucesso não aceita linhas divisórias na responsabilidade, nomeia e demite comandantes, e refina as estratégias para alcançar os objetivos políticos. Todavia, a conceção estratégica não se pode focar apenas na mestria do líder político. O processo exige também que a liderança militar tenha a coragem moral de fazer as questões devidas sobre os objetivos militares e informar sobre os riscos dos planos, porque a ligação entre objetivos e meios é bidirecional e interativa (Rapp, 2015: 20-25; Echevarria II, 2007: 85-97). Um exemplo do diálogo que deve existir é o do caso da solicitação de aprovação do Pentágono para o reforço do teatro do Afeganistão no início de 2009. Obama, apoiado por Colin Powell, iniciou uma ronda de discussões com o seu *staff* e com o Pentágono até se assegurar que o reforço cumpria os objetivos políticos mais amplos do que a derrota militar dos Taliban. Apesar de não ter recebido opções estratégicas para além do reforço militar, Obama liderou uma estratégia com os meios e com os objetivos definidos por si (Elliot, 2015: 226-227).

A estratégia militar é o produto do diálogo entre políticos e militares, e a sua essência, ser instrumental, é o resultado da harmonização dos dois e não a sujeição de nenhum deles (Strachan, 2013: 12, 78), como parece ter acontecido entre o general Sanchez e Paul Bremer no Iraque, cada um deles a advogar um domínio próprio sem permitir interferências (McColl, 2013: 113). Se a guerra é política e o sucesso é definido em





termos políticos, então o militar está sempre ligado à política. Alcançar o sucesso requer uma apreciação das condições políticas e a habilidade para inovar para as alcançar é tão importante como pensar criticamente, ser criativo e obter a iniciativa em combate (Clark, 2016: 37). A política é o processo natural das democracias que envolve a arte de controlar, proteger, apoiar e governar uma sociedade. Esta atividade inclui também a obtenção e a manutenção do poder. O militar está envolvido nos assuntos políticos na mesma medida em que a política intervém nos assuntos militares. Não há como abdicar ou escapar da vida política, tal como definido por Janowitz (1960: 12-13) que considera que oficial não deve ser um mero “técnico militar”, especialmente ao nível da “liderança estratégica”, mas um interveniente direto na política interna, como estrategista, e na política externa, como estrategista e estratega. A necessidade de compreender as dinâmicas políticas que influenciam a guerra e a estratégia militar releva o facto de, ao mais alto nível, a arte da guerra se tornar em política, e o comandante-chefe dever estar com ela familiarizado (Clausewitz, 1984: 607, 146).

A lógica da guerra e da política mantêm a relevância na sua relação. As atuais campanhas militares refletem a imersão do contexto sociopolítico nas operações com todas as complexidades da política a serem traduzidas em constrangimentos, restrições e desalinhamentos evidenciados até ao mais baixo escalão. A guerra, como *variável dependente* da política, e a estratégia militar como *variável interveniente*, refletem essa ligação. Só um aprofundamento do conhecimento da política contemporânea e as suas implicações nas operações militares pode restabelecer a sua coerência teórica e prática (Dimitriu, 2020: 672).

## Conclusões

O desfasamento entre a política e a estratégia militar resulta da combinação de um elevado número de fatores existentes no domínio civil-militar que afetam a prática da estratégia, para além do efeito resultante da natureza da guerra. Embora a teoria defina a linha que separa as responsabilidades do domínio civil do domínio militar, a prática da estratégia militar indica que em situação de conflito as duas estão em ligação permanente e se confundem. Esta asserção é particularmente importante nas democracias, embora não lhes seja exclusivo, em que o diálogo desigual entre a liderança política e a liderança militar não pode ser obstáculo ao diálogo franco, claro e honesto em que o nível político prevalece. Em conflitos como o Iraque e o Afeganistão, guerra e política estiveram ainda mais interligadas do que a teoria da estratégia parece pressupor. A guerra, como variável dependente da política, assume variações imprevisíveis resultantes da sua natureza e da influência da política. O que se evidencia do Iraque e do Afeganistão não é o resultado de uma mudança da natureza da guerra, mas o reflexo da política contemporânea, em especial do resultado das suas dinâmicas internas. Fatores como ação e luta política interna, fricção entre lideranças políticas e militares, assimetria entre tempos políticos e militares, adicionam um grau de complexidade à incerteza característica da natureza da guerra que incrementa o desfasamento natural entre a política e a ação militar. O cerne da prática da estratégia está em perceber as responsabilidades de cada um na sua formulação, na tomada de decisão e na supervisão da implementação. É daqui que deriva a natureza instrumental da estratégia militar, cujo objeto é a aplicação da força militar.





Não compreender esta relação torna quase impossível avaliar o ambiente de incerteza e de caos resultantes da natureza violenta do emprego de forças militares.

A estratégia, como variável interveniente na relação entre guerra e política, deve assumir uma conceitualização que obrigue os seus praticantes a uma construção encadeada de ações e resultados que levem ao sucesso. De pouco serve ter definições de estratégia que não tenham relação direta com a prática e que não exijam criatividade. Esta é a razão pela qual se assume como meritória a definição de J. Meiser como “teoria do sucesso” e que se valoriza as relações civis-militares, por ser nesse domínio que se geram fricções na conceção e implementação da estratégia que contribuem para aumentar o desfasamento natural resultante da ação dos vários níveis da guerra. O papel da liderança estratégico-militar na gestão da violência é debater a formulação e implementação dos planos estratégicos com a liderança civil para que se apoie a sua decisão, para cuja função necessita de ser competente no domínio da política, embora sem ser partidário. Se a guerra é política e o sucesso é definido em termos políticos, então o militar está sempre ligado à política. As operações militares exigem a compreensão do ambiente político, que é essencialmente relevante nas operações de baixa intensidade, mesmo aos mais baixos escalões, porque a ação militar do soldado é ação política. Planos vencedores dependentes de vantagem esmagadora em recursos não são resultado da estratégia de sucesso.

## Referências

- Barkawi, T. & Brighton, S. (2011). Powers of War: Fighting, Knowledge, and Critique. *International Political Sociology*, Volume 5: 126-143. <https://doi.org/10.1111/j.1749-5687.2011.00125.x>
- Barno, D. & Bensahel, N. (2020). *Adaptation Under Fire - How Militaries Change in Wartime*. New York: Oxford University Press.
- Barsuhn, A. (2022). “We Don’t Negotiate with Terrorists”—Afghanistan, Bargaining, and American Civil–Military Relations. *Armed Forces & Society (Special Issue)*, pp. 1-12. <https://doi.org/10.1177/0095327X2211077299>
- Betts, R. K. 2000. Is Strategy an Illusion?. *International Security*, Volume 25 (2): 5-50. <https://doi.org/10.1162/016228800560444>
- Bowen, D. (2013). The Political-Military Relationship on Operations. In Bailey, Jonathan; Iron, Richard; Strachan, Hew, *British Generals in Blair's Wars*. Farnham: Ashgate, 273-279.
- Braithwaite, R. (2011). *Afgantsy - The Russians in Afganistan 1979-89*. Oxford: Oxford University Press.
- Brooks, R. (2008). *Shaping Strategy: The Civil-Military Politics of Strategic Assessment*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Clark, J. R. (2016). To Win Wars, Correct Army's Political Blind Spot. *Parameters*, Volume 45 (4), pp. 27-37.
- Clausewitz, C. v. (1984). *On War*. Princeton, NJ: Princeton University Press.



- Cohen, E. (2002). *Supreme Command - Soldiers, Statesmen and Leadership in Wartime*. New York: Anchor Books.
- Coutau-Bégarie, H. (2008). *Traté de Stratégie*. 6<sup>a</sup> ed. Paris: Economica.
- Couto, A. C. (2020). *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso*. Reedição de 2020. Alfragide: LeYa, SA.
- Creveld, M. v. (1991). *The Transformation of War*. New York: The Free Press.
- Creveld, M. v. (2017). *More on War*. Oxford: Oxford University Press.
- Dimitriu, G. (2020). Clausewitz and the politics of war: A contemporary theory. *Journal of Strategic Studies*, Volume 43 (5): 645-685. <https://doi.org/10.1080/01402390.2018.1529567>
- Dyson, S. B. (2013). What Really Happened in Iraq. *Political Science Quarterly*, Volume 128 (3): 455-488. <https://doi.org/10.1002/polq.12073>
- Echevarria II, A. J. (2007). *Clausewitz and Contemporary War*. New York: Oxford University Press.
- Elliot, C. L. (2015). *High Command: British Military Leadership in the Iraq and Afghanistan Wars*. Oxford: Oxford University Press.
- Evera, S. V. (1997). *Guide to Methods for Students of Political Science*. Ithaca: Cornell University Press.
- Feaver, P. D. (2011). The right to be right. *International Security*, Volume 35 (4): 87-125. [https://doi.org/10.1162/ISEC\\_a\\_00033](https://doi.org/10.1162/ISEC_a_00033)
- Foucault, M. (1982). The Subject and Power. *Critical Inquiry*, Volume 8 (4): 777-795.
- Freedman, L. (2013). *Strategy: A History*. Oxford: Oxford University Press.
- Galula, D. (2006). *Counterinsurgency: Theory and Practice*. Westport: Praeger Security International.
- Gray, C. S. (2006). *Irregular Enemies and the Essence of Strategy: Can the American Way of War Adapt?*. Carlisle, PA.: SSI of US Army War College.
- Hammes, T. X. (2004). *The Sling and the Stone*. St. Paul, MN: Zenith Press.
- Hendersson, E. A. & Singer, J. D. (2000). "New Wars" and Rumours of New Wars. *International Interactions*, Volume 28: 165-190. <https://doi.org/10.1080/03050620212098>
- Hoffman, F. G. (2008). Dereliction of Duty Redux?: Post-Iraq American Civil-Military Relations. *Orbis*, Volume 52 (2): 217-235. <https://doi.org/10.1016/j.orbis.2008.01.004>
- Holsti, K., 1996. *The State, War and the State of War*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hooker, J. R. D. (2011). Soldiers of the State: Reconsidering American Civil-Military. *Parameters*, Volume 41(4): 1-14.



- Hooker, R. D. (2013). "The Strange Voyage": A Short Précis on Strategy. *Parameters*, Volume 42(4) / 43(1): 59-68.
- Huntington, S. P. (2000). *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. 15ª ed. Harvard, MA: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Jacobson, G. C. (2010). A Tale of Two Wars: Public Opinion on the U.S. Military Interventions in Afghanistan and Iraq. *Presidential Studies Quarterly*, Volume 40 (4): 585-610. <https://doi.org/10.1111/j.1741-5705.2010.03802.x>
- Janowitz, M. (1960). *The Professional Soldier: A Social and Political Portrait*. New York, N.Y.: The Free Press.
- Kaldor, M. (2006). *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. 2nd ed. Cambridge: Polity Press.
- Kiszely, J. (2018). The Political-military dynamic in the conduct of Strategy. *Journal of Strategic Studies*, Volume 42 (2): 235-258. <https://doi.org/10.1080/01402390.2018.1497488>
- Kohn, R. H. (2008). Coming Soon: A Crisis in Civil-Military Relations. *World Affairs*, Volume 170 (3): 69-80.
- Kohn, R. (2009). Tarnished Brass: Is the US Military Profession in Decline?. *World Affairs*, Spring: 73-83.
- Levinas, E. (1980). *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70.
- Lykke Jr., A. F. (1989). Defining Military Strategy. *Military Review*, Volume 69 (5): 2-8.
- McColl, J. (2013). Modern Campaigning: From a Practitioner's Perspective. In Bailey, Jonathan; Iron, Richard; Strachan, Hew, *British Generals in Blair's Wars*. Farnham: Ashgate, 109-117.
- Meiser, J. W. (2017). Are our Strategic Models Flawed? Ends + ways + Means = (Bad) Strategy. *Parameters*, Volume 46 (4): 81-91.
- Mello, P. A. (2010). In Search of New Wars: The Debate about a Transformation of War. *European Journal of International Relations*, Volume 16 (2): 297-309. <https://doi.org/10.1177/1354066109350053>
- Metz, S. (2010). *Decisionmaking in Operation Iraqi Freedom: the Strategic Shift of 2007*. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, US Army War College.
- Narang, V. & Talmadge, C. (2018). Civil-Military Pathologies and Defeat in War: Tests Using New Data. *Journal of Conflict Resolution*, Volume 62 (7): 1379-1405. <https://doi.org/10.1177/0022002716684627>
- Newland, S. J. (2005). *Victories are not Enough: Limitations of the German Way of war*. Carlisle, PA: SSI of US Army War College.
- Nielsen, S. C. (2002). Civil-Military Relations Theory and Military Effectiveness. *Policy and Management Review*, Volume 2 (2): 1-20.



- Nielsen, S. C. & Liebert, H. (2021). The Continuing Relevance of Morris Janowitz's The Professional Soldier for the Education of Officers. *Armed Forces & Society*, Volume 47 (4): 732-749. <https://doi.org/10.1177/0095327X20960480>
- Osinga, F. (2021). Strategic Underperformance - The West and three decades of war. In Johnson, Rob; Kitzen, Martijn; Sweijts, Tim. *The Conduct of War in the 21st Century - Kinetic, Connected and Synthetic*. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 17-41.
- Owens, M. T. (2012). What Military Officers Need to know about Civil-Military Relations. *Naval War College Review*, Volume 65 (2): 67-89.
- Payne, A. (2020). Presidents, Politics, and Military Strategy: Electoral Constraints during Iraq War. *International Security*, Volume 44 (3): 163-203. [https://doi.org/10.1162/isec\\_a\\_00371](https://doi.org/10.1162/isec_a_00371)
- Rapp, W. E. (2015). Civil-Military Relations: The Role of Military Leaders in Strategy Making. *Parameters*, Volume 45(3): 13-26.
- Ricks, T. E. (2010). *The Gamble - General Petraeus and the American Military Adventure in Iraq*. New York: Penguin Books.
- Roennfeldt, C. F. (2019). Wider Officer Competence: The Importance of Politics and Practical Wisdom. *Armed Forces & Society*, Volume 45 (1): 59-77. <https://doi.org/10.1177/0095327X17737498>
- Shaw, M. (2010). *Dialectics of War: an essay in the social theory of total war and peace*. s.l.: Pluto Press (republished by the author).
- Smith, R. (2005). *The Utility of Force: The Art of War in Modern War*. New York: Alfred A. Knof.
- Stevens, D. (2015). War and Elections. *International Studies Quarterly*, Volume 59: 477-489. <https://doi-org.eres.qnl.qa/10.1111/isqu.12159>
- Strachan, H. (2006). Making Strategy: Civil-Military relations after Iraq. *Survival*, Volume 48 (3): 59-82. <https://doi.org/10.1080/00396330600905510>
- Strachan, H. (2013). *The Direction of War - Contemporary Strategy in Historical Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Strachan, H. (2019). Strategy in Theory; Strategy in Practice. *The Journal of Strategic Studies*, Volume 42 (2): 171-190. <https://doi.org/10.1080/01402390.2018.1559153>
- Travis, D. S. (2017). Discovering the Fault Lines in American Civil-Military Relations. *Armed Forces & Society*, Volume 44 (4): 731-747. <https://doi.org/10.1177/0095327X17728351>
- Travis, D. S. (2018). Decoding Morris Janowitz: Limited War and Pragmatic Doctrine. *Armed Forces & Society*, Volume 46 (1): 68-91. <https://doi.org/10.1177/0095327X18760272>
- Webb, A. C. (2019). *Rethinking Strategy: Art Lykke and the Development of the Ends, Ways, Means Model of Strategy*. Fort Leavenworth, Ks: s.n.



West, B. (2008). *The Strongest Tribe: War, Politics, and the Engame in Iraq*. New York: Random House.

Woodward, B. (2008). *The War Within: a Secret White House History 2006-2008*. New York: Simon & Schuster.

Woodward, B. (2011). *Obama's Wars*. New York: Simon and Schuster.